

EDITAL Nº 002/2025 DO CONCURSO
PÚBLICO UNIFICADO PARA A CÂMARA
MUNICIPAL DE CRAÍBAS (AL)
CÂMARA MUNICIPAL DE CRAÍBAS (AL)

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

MANHÃ AMPLIADA

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

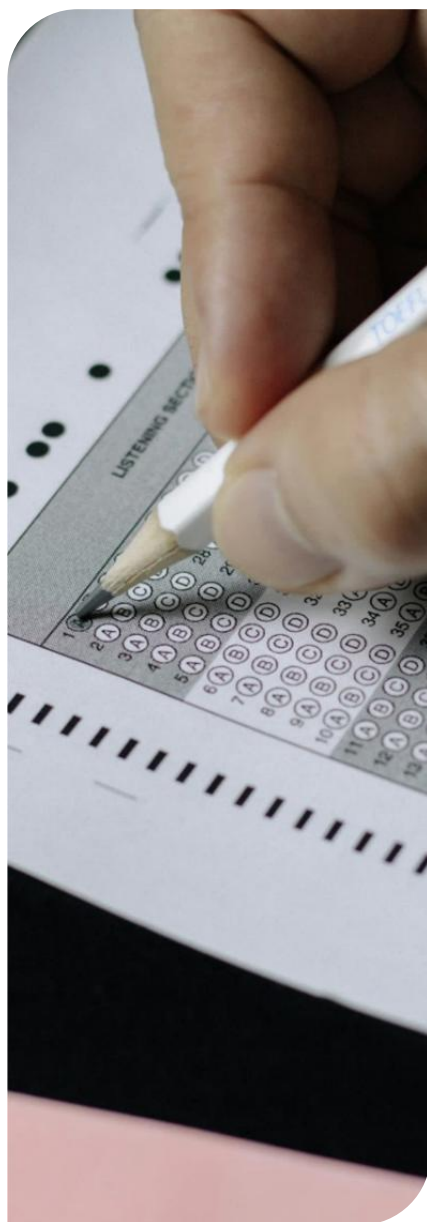
- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

Ventania em São Paulo: ciclones 'devastadores' no Brasil são culpa das mudanças climáticas?

A passagem de um ciclone extratropical pelo sul do Brasil provocou fortes chuvas e ventos intensos em diferentes regiões do país, especialmente no Centro-Sul. Minas Gerais e São Paulo registraram ventos fortes, mesmo estando fora do centro do fenômeno. Na Região Metropolitana de São Paulo, mais de dois milhões de pessoas ficaram sem energia, e a Defesa Civil contabilizou quedas de árvores, destelhamentos e alagamentos. Em toda a capital, mais de quinhentas chamadas por queda de árvores foram feitas até as quatorze horas. Meteorologistas classificam o ciclone como de altíssimo risco.

Climatologistas afirmam que, embora ciclones sejam comuns no hemisfério sul, a intensidade observada é compatível com tendências associadas às mudanças climáticas. Nos últimos anos, eventos semelhantes têm sido registrados no Brasil, como o ciclone de novembro que gerou um tornado no Paraná, destruindo quase toda a cidade de Rio Bonito do Iguaçu.

Segundo Francisco Aquino, professor da UFRGS, a frequência e a força dos ciclones extratropicais aumentaram nas últimas décadas. Ele relaciona a intensificação ao aquecimento global e, especialmente, às alterações na Antártica, onde a extensão do gelo marinho atingiu níveis muito baixos neste ano. Essa condição coloca a Oscilação Antártica em fase negativa e empurra o cinturão de ciclones para o sul do Brasil, favorecendo tempestades severas. Para ele, a combinação entre atmosfera mais quente e menor volume de gelo marinho contribui diretamente para a formação de ciclones mais intensos.

Este ciclone é considerado atípico para a época devido à pressão atmosférica excepcionalmente baixa, inferior a mil hPa, e aos ventos intensos favorecidos por ondulações incomuns nos jatos superiores da atmosfera — fenômeno mais típico do inverno. Estudos citados por Enver Gutierrez, pesquisador do Inpe, já apontam tais padrões como possíveis efeitos das mudanças climáticas.

José Marengo, do Cemaden, destaca a recorrência de ciclones-bombas,

caracterizados por rápida queda de pressão e ventos extremamente fortes, fenômeno cuja frequência costuma ser associada ao aumento das temperaturas globais. Embora ainda não haja consenso para classificar o atual evento como ciclone-bomba, ele é considerado altamente intenso, com grande potencial destrutivo.

Especialistas alertam que eventos assim tendem a se intensificar se não houver ações que reduzam seus impactos. Além de medidas estruturais e estratégias de adaptação, Aquino reforça a necessidade de sistemas eficientes de alerta e comunicação, capazes de orientar a população sobre riscos e procedimentos de segurança. A atenção a alertas meteorológicos e previsões climáticas é vista como ferramenta essencial para evitar tragédias em cenários de eventos extremos cada vez mais frequentes.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyvldn2qzpo>.adaptado.

Questão 01

Segundo Francisco Aquino, professor da UFRGS, a frequência e a força dos ciclones extratropicais aumentaram nas últimas décadas.

Este ciclone é considerado atípico para a época devido à pressão atmosférica excepcionalmente baixa, inferior a mil hPa.

De acordo com a análise das frases, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As frases comprometem a coesão temática porque o segundo enunciado exige retomada explícita por conectivo ou pronome para manter ligação com o anterior.
- (B) As frases rompem a coerência textual, pois tratam de fenômenos distintos e sem possibilidade de relação temática entre a informação geral e o caso particular apresentado.
- (C) As frases tornam-se incoerentes entre si porque a menção ao ciclone específico não pode ser vinculada ao comportamento ampliado dos ciclones extratropicais descrito inicialmente.
- (D) As frases mantêm coerência temática ao relacionar uma tendência geral sobre ciclones extratropicais a um caso específico que ilustra essa intensificação mencionada anteriormente.

Questão 02

Um ciclone extratropical provocou danos significativos em diferentes regiões brasileiras, revelando a vulnerabilidade das cidades diante de

eventos meteorológicos intensos e reforçando a discussão sobre a influência das mudanças climáticas.

De acordo com o texto-base, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A pressão atmosférica registrada no ciclone atual é descrita como característica da primavera, reforçando que a formação do fenômeno segue previsões climáticas habituais para esse período do ano, sem apresentar elementos excepcionais.
- (B) A intensificação dos ciclones extratropicais no Brasil é apresentada como consequência de modificações ambientais recentes, e ligadas às alterações na Antártica, influenciando deslocamento e força dos sistemas atmosféricos.
- (C) Os especialistas afirmam que os danos registrados em São Paulo e em outros estados resultam de falhas estruturais urbanas, não havendo, segundo o texto, relação entre esses prejuízos e os impactos associados às mudanças climáticas.
- (D) O texto afirma que os ciclones extratropicais constituem fenômenos raros no hemisfério sul e hemisfério norte, sendo sua ocorrência atual considerada um evento isolado e fora dos padrões previstos pelos especialistas consultados na reportagem.

Questão 03

José Marengo, do Cemaden, destaca a recorrência de "ciclones-bombas", caracterizados por rápida queda de pressão e ventos extremamente fortes.

O vocábulo destacado na frase trata-se de substantivo composto formado por:

- (A) substantivo + adjetivo.
- (B) adjetivo + substantivo.
- (C) advérbio + substantivo.
- (D) substantivo + substantivo.

Questão 04

Climatologistas afirmam que, embora ciclones sejam comuns no hemisfério sul, a intensidade observada é compatível com tendências

associadas às mudanças climáticas.

Em relação à concordância nominal presente na frase, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O adjetivo "associadas" concorda com "mudanças climáticas", que funciona como termo mais próximo e orienta sua flexão.
- (B) O adjetivo "climáticas" concorda com "tendências associadas", que funciona como termo de correlação estilística entre os vocábulos.
- (C) O adjetivo "compatível" concorda corretamente com o substantivo "intensidade", estabelecendo relação de sentido adequada entre o núcleo e seu modificador.
- (D) O adjetivo "compatível" concorda corretamente com o adjetivo "observada", estabelecendo relação de sentido adequada entre os dois adjetivos complementares.

Questão 05

Para ele, a combinação entre atmosfera mais quente e menor volume de gelo marinho "contribui" diretamente para a formação de ciclones mais intensos.

Conjugando o verbo destacado no futuro do pretérito do indicativo, tem-se:

- (A) Para ele, a combinação entre atmosfera mais quente e menor volume de gelo marinho contribuirá diretamente para a formação de ciclones mais intensos.
- (B) Para ele, a combinação entre atmosfera mais quente e menor volume de gelo marinho contribuiria diretamente para a formação de ciclones mais intensos.
- (C) Para ele, a combinação entre atmosfera mais quente e menor volume de gelo marinho contribuiria diretamente para a formação de ciclones mais intensos.
- (D) Para ele, a combinação entre atmosfera mais quente e menor volume de gelo marinho contribuiria diretamente para a formação de ciclones mais intensos.

Questão 06

Durante uma análise comparada sobre estruturas legislativas, um consultor foi solicitado a examinar o modelo adotado pela Lei Orgânica de

Craíbas. No relatório, ele deveria apontar apenas elementos que o texto legal traz de forma explícita sobre a Câmara Municipal, sem recorrer a doutrina ou legislação externa. Considerando exclusivamente os arts. 14 e 15 da Lei Orgânica Municipal de Craíbas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Lei Orgânica estabelece que o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal e que esta é composta por vereadores, cujo número é definido conforme critérios expressamente previstos no próprio art. 15.
- (B) O número de vereadores que compõem a Câmara Municipal não depende de qualquer critério constante da Lei Orgânica, podendo ser fixado de forma totalmente discricionária a cada legislatura, sem observância de parâmetros legais previamente definidos.
- (C) Os arts. 14 e 15 tratam exclusivamente das condições de elegibilidade dos vereadores, deixando de abordar aspectos relacionados à estrutura, à composição ou ao exercício do Poder Legislativo no âmbito do Município.
- (D) A Lei Orgânica prevê que o exercício do Poder Legislativo pode ocorrer de forma alternada entre a Câmara Municipal e o Prefeito, conforme decisão administrativa adotada a cada legislatura, independentemente de previsão constitucional ou de limites normativos.

Questão 07

Durante encontro com representantes de entidades civis, a Câmara Municipal apresentou seu processo legislativo, enfatizando as funções desempenhadas pelos vereadores e pelos setores administrativos. O público mostrou interesse em compreender como essas funções se articulam para garantir a representação política e a fiscalização dos atos do Executivo. Com base nas informações institucionais disponíveis no portal da Câmara, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A função legislativa da Câmara Municipal depende de autorização prévia do Poder Executivo, sendo vedada a iniciativa de proposições pelos vereadores sem manifestação expressa do Prefeito ou de seus secretários.

- (B) A Câmara Municipal exerce apenas função fiscalizadora sobre os atos do Poder Executivo, cabendo exclusivamente à Prefeitura a elaboração, a discussão e a proposição de matérias legislativas de interesse do município.
- (C) A Câmara exerce funções legislativa, fiscalizadora e de assessoramento, e os vereadores atuam como mediadores entre os interesses da população e o Poder Executivo, apoiados por corpo técnico especializado.
- (D) A fiscalização dos atos do Poder Executivo é atribuição exclusiva de órgãos externos de controle, não integrando as funções institucionais da Câmara Municipal nem a atuação regular dos vereadores.

Questão 08

Durante uma consultoria sobre governança legislativa, a Câmara Municipal de Craíbas avaliou seus fluxos internos de trabalho. O relatório identificou que a efetividade institucional depende não apenas da atividade parlamentar, mas também do suporte técnico administrativo, da transparência e da organização interna da Mesa Diretora. A equipe técnica foi questionada sobre quais elementos compõem, de forma integrada, a estrutura funcional da Casa. Considerando as informações oficiais disponibilizadas no portal institucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A estrutura do Poder Legislativo Municipal combina atividade parlamentar, direção administrativa pela Mesa Diretora e suporte técnico especializado, incluindo Procuradoria, Secretaria Geral, Tesouraria e Controle Interno.
- (B) A Mesa Diretora exerce apenas funções cerimoniais e representativas, não integrando a administração interna da Casa Legislativa nem participando da organização dos serviços administrativos ou do apoio às atividades parlamentares.
- (C) Os órgãos de apoio técnico da Câmara Municipal atuam somente mediante solicitação judicial ou provocação externa, não participando do funcionamento cotidiano, da organização administrativa ou do suporte regular às atividades legislativas da Casa.
- (D) A estrutura legislativa é composta exclusivamente pelos vereadores eleitos, inexistindo unidades técnicas permanentes responsáveis por apoiar o funcionamento administrativo, financeiro ou jurídico da Câmara Municipal.

Questão 09

Durante a elaboração de um material institucional, uma equipe de comunicação avaliava a representatividade dos símbolos municipais. Foram analisados documentos oficiais que demonstram como os símbolos reforçam a identidade cultural, política e histórica da cidade. A diretoria solicitou que apenas informações expressamente previstas na Lei Orgânica fossem utilizadas na publicação. Com base exclusivamente nos arts. 1º a 4º da Lei Orgânica Municipal de Craíbas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Lei Orgânica prevê apenas o Brasão como símbolo oficial, deixando a definição dos demais a cargo de lei municipal futura.
- (B) Apenas o Hino é considerado símbolo oficial, por estar descrito entre os elementos culturais do município.
- (C) Os símbolos municipais não são mencionados nas disposições iniciais da Lei Orgânica, sendo definidos apenas por regulamentação administrativa.
- (D) Os símbolos do Município são o Brasão, a Bandeira e o Hino, todos reconhecidos como representativos da cultura e história local.

Questão 10

A Diretoria Legislativa elaborou nota técnica sobre a observância das regras formais das sessões ordinárias, destacando elementos como periodicidade, estrutura interna e natureza dos trabalhos. O documento foi discutido em reunião com novos assessores parlamentares, que precisavam identificar corretamente as características legais dessas sessões. Considerando exclusivamente os arts. 123 a 127 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Craíbas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As sessões ordinárias seguem calendário fixado pela Câmara, possuem Ordem do Dia e não dependem de convocação específica além do cronograma estabelecido.
- (B) As sessões ordinárias exigem chamamento público individualizado e publicação específica para cada reunião realizada, ainda que estejam previamente previstas em calendário oficial aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal.

- (C) Nas sessões ordinárias não há previsão de Ordem do Dia, uma vez que esses encontros destinam-se exclusivamente a pronunciamentos parlamentares, comunicações institucionais e manifestações políticas sem deliberação de matérias.
- (D) As sessões ordinárias ocorrem apenas quando o Presidente da Câmara decide convocá-las formalmente, inexistindo calendário anual prévio, sendo sua realização condicionada à conveniência administrativa da Mesa Diretora.

Questão 11

Para acessar um site na World Wide Web, o usuário digita um endereço único em seu navegador. Esse endereço, que geralmente começa com "http" ou "https", localiza o recurso desejado na internet. Como é chamado esse endereço?

- (A) Localizador Uniforme de Recursos (URL).
- (B) Sistema de Nomes de Domínio (DNS).
- (C) Endereço IP.
- (D) Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP).

Questão 12

Um usuário de computador está redigindo um contrato longo e complexo no Microsoft Word. Ele precisa garantir que a numeração das páginas comece apenas a partir da segunda página, inserir notas de rodapé para explicar termos jurídicos e proteger o documento contra edições não autorizadas. Esses recursos são essenciais para a produção de documentos profissionais. Analise as afirmações abaixo:

I. Para iniciar a numeração em uma página específica, é necessário inserir uma "Quebra de Seção" e desvincular o cabeçalho/rodapé da seção anterior.

II. As "Notas de Rodapé" são inseridas através da guia "Referências" e servem para adicionar comentários ou citações ao final da página.

III. A proteção do documento com uma senha de edição pode ser configurada na guia "Revisão", na opção "Restringir Edição".

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I apenas.

- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

Questão 13

Uma das práticas mais importantes para proteger contas online é a criação de credenciais de acesso difíceis de serem adivinhadas. Uma credencial forte geralmente combina letras maiúsculas e minúsculas, números e símbolos. A qual elemento de segurança essa descrição se refere?

- (A) Biometria.
- (B) Senha.
- (C) Certificado Digital.
- (D) Token.

Questão 14

Para garantir a confidencialidade e a integridade dos dados trocados entre o seu navegador e um site (especialmente em lojas virtuais e internet banking), é utilizado um protocolo de segurança que criptografa a comunicação. A presença desse protocolo é geralmente indicada por um ícone de cadeado na barra de endereço e pelo endereço do site começando com "https". Qual protocolo é responsável por essa camada de segurança?

- (A) FTP.
- (B) SMTP.
- (C) HTTP.
- (D) HTTPS.

Questão 15

Um usuário de computador precisa buscar o cargo de um funcionário em uma grande tabela de dados, usando o nome do funcionário como critério de busca. A tabela está organizada com o nome dos funcionários na primeira coluna e o cargo na terceira coluna. Ele precisa de uma função que procure o nome na primeira coluna e retorne o valor correspondente da terceira coluna na mesma linha. Qual função é apropriada para essa situação-problema?

- (A) =CONCATENAR.
- (B) =SOMASE.
- (C) =PROCV.
- (D) =SEERRO.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 16

A Constituição Federal estabelece princípios que regem a Administração Pública. Analise as afirmativas a seguir quanto à aplicação desses princípios:

I. O princípio da publicidade exige a transparência dos atos administrativos, sendo requisito de eficácia e moralidade, mas admite exceções nos casos em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

II. O princípio da moralidade administrativa impõe que o administrador atue não apenas conforme a lei, mas também de acordo com a ética, a boa-fé e a lealdade, permitindo a anulação de atos que, embora legais, sejam imorais.

III. O princípio da continuidade do serviço público impede a interrupção total das atividades essenciais, restringindo o direito de greve dos servidores públicos que atuam em áreas críticas como segurança pública, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 17

No contexto do ciclo orçamentário e da gestão financeira, a execução da despesa pública percorre estágios rigorosos definidos exclusivamente em lei para garantir a regularidade do dispêndio de recursos. Considerando os estágios da despesa e os mecanismos de controle, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O empenho da despesa cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, sendo que a emissão da Nota de Empenho deve ocorrer necessariamente após a prestação do serviço ou entrega do bem para garantir a existência do crédito.
- (B) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, sendo vedado o pagamento de despesa sem a prévia liquidação, salvo nos casos de suprimento de fundos expressamente autorizados em lei.
- (C) A fixação da despesa é o primeiro estágio da execução orçamentária, realizado pelo ordenador de despesas no momento da assinatura do contrato administrativo, momento em que se vinculam os recursos financeiros necessários ao cumprimento da obrigação assumida pelo ente público.
- (D) O pagamento da despesa só pode ser efetuado após a sua regular liquidação, sendo permitido, em casos de calamidade pública decretada, o pagamento antecipado integral a fornecedores sem a exigência de garantias, para assegurar a celeridade da aquisição de insumos críticos.

Questão 18

Na elaboração de relatórios e pareceres técnicos de controle interno, a clareza, a concisão e a fundamentação são essenciais. Considerando as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os relatórios de controle interno são documentos de circulação restrita ao chefe do Poder Executivo, sendo vedada a sua divulgação ao Poder Legislativo ou à sociedade sob pena de quebra de sigilo funcional, exceto quando houver determinação judicial.
- (B) O parecer técnico do controle interno deve opinar conclusivamente pela aprovação ou rejeição das contas do gestor, tendo força vinculante para a decisão do Tribunal de Contas, que não poderá decidir de forma contrária ao entendimento da unidade de controle interno.

- (C) O relatório de auditoria deve conter, de forma clara e objetiva, a descrição dos achados de auditoria, as evidências que os sustentam, as causas e os efeitos das irregularidades ou impropriedades identificadas, bem como as recomendações para correção e a manifestação do gestor, quando houver.
- (D) A fundamentação legal nos pareceres técnicos é dispensável quando a irregularidade apontada for de natureza óbvia ou baseada nos princípios gerais da administração pública, bastando a menção ao senso comum administrativo para sustentar a recomendação.

Questão 19

O sistema federativo brasileiro reparte competências entre os entes. Considerando as competências constitucionais do Município, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, bem como instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- (B) É competência privativa dos Municípios legislar sobre trânsito e transporte, diretrizes e bases da educação nacional e normas gerais de licitação e contratação, uma vez que tais matérias impactam diretamente a vida local.
- (C) Compete exclusivamente ao Município manter o serviço postal e o correio aéreo nacional em seu território, bem como explorar, diretamente ou mediante autorização, os serviços de telecomunicações locais.
- (D) A competência para legislar sobre direito urbanístico é exclusiva da União, cabendo aos Municípios apenas a execução das normas federais, não podendo editar leis sobre zoneamento ou ocupação do solo urbano.

Questão 20

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sobre os limites de despesa com pessoal e os instrumentos de transparência, considerando exclusivamente a LRF (sem considerar jurisprudência ou

doutrina), analise as afirmativas a seguir:

I. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da Receita Corrente Líquida, sendo, na esfera municipal, 60% (sessenta por cento), repartidos em 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

II. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) será emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos, contendo comparativo com os limites de despesa com pessoal e dívida consolidada, devendo ser disponibilizado ao acesso público.

III. É vedado ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 21

Sobre a responsabilidade dos agentes públicos por atos praticados no exercício da função, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A absolvição criminal do servidor que reconheça a inexistência do fato ou negue a sua autoria não tem repercussão na esfera administrativa, devendo o processo disciplinar prosseguir normalmente para apuração da falta funcional.
- (B) A penalidade de demissão aplicada em processo administrativo disciplinar impede automaticamente a propositura de ação civil de improbidade administrativa pelo Ministério Público, sob pena de bis in idem.
- (C) A responsabilidade civil do servidor público é objetiva perante a Administração, respondendo ele pelos danos causados ao erário independentemente da comprovação de dolo ou culpa em sua conduta.

- (D) As esferas administrativa, civil e penal são, em regra, independentes, de modo que a absolvição criminal por falta de provas não vincula necessariamente a decisão administrativa disciplinar, podendo o servidor ser punido administrativamente pelo mesmo fato se houver prova residual da infração funcional.

Questão 22

Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Craíbas, especificamente sobre o Regime de Urgência na tramitação das proposições (Arts. 118 a 120), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A concessão de urgência especial depende exclusivamente de decisão monocrática do Presidente da Câmara, não sendo necessário submeter o requerimento à aprovação do Plenário, visando garantir a celeridade do processo legislativo.
- (B) O regime de urgência simples permite o adiamento da apreciação da matéria e a concessão de vistas e audiência de comissão a que não esteja afeto o assunto, desde que requerido pela maioria absoluta dos Vereadores.
- (C) O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidos para metade do prazo regimental, e acarreta a não concessão de vistas.
- (D) Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, apenas os projetos de decreto legislativo que visem a concessão de títulos de cidadão honorário, devido ao caráter solene da matéria.

Questão 23

De acordo exclusivamente com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Patrimonial demonstra a situação patrimonial da entidade pública em determinado momento. Sobre a estrutura e composição deste demonstrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são registradas diretamente no Balanço Patrimonial como contas redutoras do Patrimônio Líquido, não transitando pela Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) O Ativo deve ser classificado em Circulante e Não Circulante, compreendendo o primeiro as disponibilidades, os créditos em curso de cobrança e outros direitos realizáveis no exercício financeiro subsequente, enquanto o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras obrigações exigíveis a longo prazo.
- (C) O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, quando efetivamente disponível e não comprometido, é uma das hipóteses de fundamento para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, desde que atendidos os requisitos legais e procedimentais necessários.
- (D) O Balanço Patrimonial demonstrará exclusivamente o Ativo Permanente, não contemplando o Ativo Financeiro, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial nem as Contas de Compensação, sendo elaborado sem qualquer relação com os bens, direitos ou obrigações da entidade.

Questão 24

O controle da Administração Pública pode ser classificado quanto ao momento, à origem e à natureza. Assinale a alternativa CORRETA sobre essas classificações.

- (A) O controle prévio ou a priori é aquele exercido antes da conclusão ou operatividade do ato administrativo, como a exigência de aprovação prévia do Senado Federal para a escolha de certos titulares de cargos públicos e a emissão de empenho antes da realização da despesa.
- (B) O controle legislativo ou parlamentar restringe-se exclusivamente à fiscalização financeira e orçamentária, não abrangendo a fiscalização dos atos políticos ou de gestão administrativa do Poder Executivo, que são de competência exclusiva do controle interno.
- (C) O controle concomitante é aquele realizado após a produção dos efeitos do ato, visando corrigir eventuais erros ou aplicar penalidades, como ocorre no julgamento das contas dos administradores pelo Tribunal de Contas após o encerramento do exercício.

- (D) O controle judicial sobre os atos administrativos é irrestrito, podendo o Poder Judiciário revogar atos discricionários da Administração Pública por discordar dos critérios de conveniência e oportunidade adotados pelo gestor, substituindo-os por outros que julgar mais adequados.

Questão 25

O ato administrativo é a manifestação de vontade do Estado. Sobre seus atributos e elementos, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___) A presunção de legitimidade é atributo pelo qual os atos administrativos se presumem verdadeiros e conformes ao direito até prova em contrário, transferindo o ônus da prova a quem os impugna.

(___) A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive nos atos enunciativos e negociais, permitindo à administração impor obrigações a terceiros independentemente de sua concordância.

(___) O motivo é a situação de fato ou de direito que determina ou autoriza a prática do ato, enquanto a motivação é a exposição escrita das razões que levaram à sua prática, sendo esta obrigatória nos atos que afetem direitos ou interesses.

(___) A competência é elemento vinculado do ato administrativo, não podendo ser delegada ou avocada em nenhuma hipótese, salvo nos casos de substituição automática prevista em lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 26

De acordo exclusivamente com o Título V do Regimento Interno da Câmara Municipal de Craíbas, que disciplina as Sessões da Câmara, analise as afirmativas a seguir sobre a Ordem do Dia:

I. A Ordem do Dia terá duração de 60 minutos e destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão, sendo que, na

sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

II. Na Ordem do Dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

III. Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão na Ordem do Dia sem que tenha sido incluída na pauta com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão, facultado o conhecimento a todos os Vereadores.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 27

O Orçamento Público no Brasil é regido pela Constituição e leis complementares. Sobre a natureza jurídica e as espécies de orçamento, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O orçamento brasileiro é classificado como autorizativo para todas as despesas, não existindo hipóteses de orçamento impositivo, o que permite ao Poder Executivo discricionariedade total para não executar as emendas parlamentares aprovadas.
- (B) A Lei Orçamentária Anual (LOA) pode conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, como a alteração do Código Tributário Nacional e a criação de cargos públicos, para agilizar a gestão administrativa (princípio da exclusividade mitigada).
- (C) O princípio da universalidade orçamentária determina que o orçamento deve conter apenas as despesas de capital e os investimentos, deixando as despesas correntes e de pessoal para serem tratadas em leis específicas fora da LOA.
- (D) O modelo orçamentário adotado no Brasil é o Orçamento-Programa, que integra o planejamento e o orçamento, focando nos objetivos e metas a serem alcançados e não apenas no objeto do gasto, vinculando a despesa a um programa de trabalho.

Questão 28

O planejamento orçamentário estrutura-se no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre esses instrumentos e os princípios orçamentários, analise as afirmativas:

I. O Princípio da Anualidade ou Periodicidade estabelece que o orçamento deve referir-se a um período limitado de tempo, que no Brasil coincide com o ano civil, obrigando que as previsões de receitas e despesas se renovem anualmente.

II. O Plano Plurianual (PPA) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a função exclusiva de estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro subsequente, não lhe cabendo dispor sobre alterações na legislação tributária ou política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 29

A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) introduziu mudanças significativas nas modalidades e procedimentos licitatórios. Sobre as hipóteses de contratação direta e as modalidades previstas exclusivamente na Lei nº 14.133/2021 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, sendo vedada a sua utilização para serviços de engenharia, ainda que comuns.

- (B) A modalidade Diálogo Competitivo é restrita a contratações de obras de engenharia de grande vulto, nas quais a Administração define previamente todas as especificações técnicas e convoca os licitantes apenas para apresentarem propostas de preço, vedada a discussão de soluções técnicas.
- (C) A dispensa de licitação em razão do valor para obras e serviços de engenharia tem o limite fixado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), devendo esse valor ser corrigido anualmente pelo IPCA, sendo vedado o fracionamento de despesa para adequação a essa hipótese.
- (D) A inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, aplicando-se, entre outras hipóteses, à contratação de fornecedor exclusivo e de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização.

Questão 30

O controle e a gestão dos bens públicos exigem rigoroso acompanhamento para evitar dilapidação do patrimônio e responsabilização dos agentes. À luz da legislação administrativa e das normas de controle interno, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A responsabilidade do gestor pelos bens públicos cessa automaticamente com a exoneração do cargo, transferindo-se integralmente a responsabilidade por eventuais danos ou extravios não detectados ao sucessor que assume a unidade gestora.
- (B) O servidor público que utiliza bens móveis permanentes da repartição para fins particulares responde apenas administrativamente, não havendo previsão legal para imputação de improbidade administrativa por uso indevido de bens públicos sem perda patrimonial efetiva.
- (C) O inventário analítico dos bens móveis e imóveis deve ser realizado pelo menos anualmente, sendo o gestor público responsável por qualquer discrepância não justificada entre o saldo físico e o contábil, cabendo-lhe o dever de indenizar o erário em caso de desaparecimento de bens sob sua guarda.

- (D) A alienação de bens imóveis da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e dispensará licitação quando se tratar de doação para outro órgão da administração pública de qualquer esfera de governo.

Questão 31

A governança no setor público compreende mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Sobre os princípios de governança e transparência, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A transparência ativa consiste na obrigação dos órgãos públicos de divulgarem informações de interesse geral, como receitas, despesas, licitações e contratos, em seus sítios oficiais na internet, independentemente de requerimento do cidadão.
- (B) A governança pública dispensa a gestão de riscos, uma vez que o setor público é regido estritamente pelo princípio da legalidade, o que por si só elimina a possibilidade de incertezas no atingimento dos objetivos institucionais.
- (C) A transparência passiva refere-se à divulgação espontânea de dados em portais da transparência, enquanto a transparência ativa é aquela que ocorre apenas em resposta a pedidos de informação formulados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).
- (D) O princípio da accountability (prestação de contas e responsabilização) aplica-se exclusivamente aos agentes políticos eleitos, não abrangendo os servidores públicos de carreira que atuam na execução operacional das políticas públicas.

Questão 32

O Sistema de Controle Interno na Administração Pública deve operar de forma integrada, visando não apenas a conformidade legal, mas também a eficiência da gestão e a salvaguarda do patrimônio. Considerando a estrutura conceitual do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) aplicada ao setor público e as diretrizes constitucionais brasileiras sobre a finalidade do controle interno, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O objetivo primário do controle interno é a punição de gestores que cometem irregularidades administrativas, devendo atuar com total independência do Poder Executivo, equiparando-se ao Poder Judiciário na aplicação de sanções penais e civis diretamente aos servidores envolvidos em atos de improbidade.
- (B) A principal função do controle interno é a elaboração das leis orçamentárias anuais e do plano plurianual, garantindo que as metas fiscais estabelecidas pelo Poder Legislativo sejam cumpridas, substituindo as funções das áreas de planejamento e finanças na definição de prioridades de investimento.
- (C) O controle interno deve apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, além de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (D) O sistema de controle interno deve focar exclusivamente na verificação aritmética das contas públicas, não lhe competindo a avaliação de desempenho ou a análise da economicidade dos programas de governo, visto que tais atribuições são exclusivas dos Tribunais de Contas e do Poder Legislativo.

Questão 33

O sistema de freios e contrapesos prevê a fiscalização recíproca entre os poderes. Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que tem competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

(___) O Tribunal de Contas da União possui competência para sustar diretamente a execução de contratos administrativos impugnados, caso verifique ilegalidade, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

(___) As contas do Presidente da República serão julgadas pelo Tribunal de Contas da União, que emitirá veredicto definitivo sobre sua aprovação ou

rejeição, cabendo ao Congresso apenas tomar ciência.

(___) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, F, F, V.

(B) F, F, V, V.

(C) V, V, F, F.

(D) V, F, V, F.

Questão 34

Os princípios da Administração Pública, expressos e implícitos, norteiam a atuação do gestor. Analise as afirmativas abaixo exclusivamente à luz do Art. 37 da Constituição Federal e da doutrina:

I. O princípio da impessoalidade impede a promoção pessoal de agentes ou autoridades em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

II. O princípio da autotutela confere à Administração o poder-dever de anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

III. O princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, impõe à administração a busca por resultados positivos com o menor custo possível, mas sua observância não pode se sobrepor ao princípio da legalidade.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e III.

(B) II e III apenas.

(C) I e II apenas.

(D) I e III apenas.

Questão 35

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Craíbas estabelece quóruns

específicos para a aprovação de determinadas matérias. Sobre o quórum de dois terços, previsto exclusivamente no Regimento Interno da Câmara Municipal de Craíbas (Art. 159), registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___) A alteração do próprio Regimento Interno da Câmara depende de voto favorável de dois terços dos membros da edilidade.

(___) A concessão de títulos honoríficos e honrarias exige quórum de dois terços para aprovação.

(___) A rejeição do veto do Prefeito exige o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

(___) A rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município depende de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, V, V, V.

(B) V, F, V, F.

(C) V, V, F, V.

(D) F, V, F, V.

Questão 36

A organização administrativa brasileira divide-se em Administração Direta e Indireta. Sobre as características das entidades da Administração Indireta, assinale a alternativa CORRETA.

(A) As sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei, sob a forma de sociedade limitada, com maioria do capital social pertencente à iniciativa privada e minoria ao Estado.

(B) As fundações públicas de direito privado não integram a Administração Indireta, sendo consideradas entidades do terceiro setor que colaboram com o Estado mediante convênio, não se sujeitando às exigências de concurso público para contratação de pessoal.

- (C) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público interno, criadas por decreto, com capital exclusivamente público, para a exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos, gozando de imunidade tributária recíproca em todas as suas atividades.
- (D) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com autonomia administrativa e financeira, para desempenhar atividades típicas de Estado, sujeitando-se ao regime jurídico estatutário para seus servidores e ao controle finalístico da administração direta.

Questão 37

A Lei Orgânica do Município de Craíbas define o modelo de fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Com base, exclusivamente, nos Arts. 53 a 55 da Lei Orgânica do Município de Craíbas, assinale a alternativa CORRETA sobre o julgamento das contas municipais.

- (A) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis apenas aos Vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento, sendo vedada a consulta pelos cidadãos até a votação final em Plenário para evitar uso político dos dados.
- (B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Ministério Público Estadual, a quem compete emitir o parecer prévio sobre as contas do Prefeito, cabendo à Câmara apenas homologar a decisão técnica sem possibilidade de rejeição.
- (C) As contas do Município, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, sendo que somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal.
- (D) Rejeitadas as contas pela Câmara Municipal, o processo será arquivado administrativamente na Secretaria da Câmara, cabendo ao Prefeito apenas pagar uma multa regimental, sem necessidade de remessa ao Ministério Público.

Questão 38

O Título IV da Lei Orgânica do Município de Craíbas dispõe sobre o Orçamento. À luz das vedações orçamentárias previstas exclusivamente

no art. 129 da Lei Orgânica do Município de Craíbas, assinale a alternativa correta.

- (A) A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa é permitida de forma irrestrita para qualquer área que o Prefeito julgar prioritária, visando garantir a autonomia financeira das secretarias municipais.
- (B) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, salvo se houver autorização verbal do Presidente da Câmara em casos de urgência comprovada.
- (C) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta (Regra de Ouro).
- (D) É permitida a abertura de crédito suplementar ou especial por decreto do Prefeito sem prévia autorização legislativa, desde que haja superávit financeiro no exercício anterior e o valor não ultrapasse 10% do orçamento total.

Questão 39

A fiscalização contábil, financeira e patrimonial da administração pública abrange o controle da legalidade, legitimidade e economicidade, aplicando-se também à aplicação de subvenções e renúncia de receitas. Sobre os instrumentos e conceitos desse controle, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- (___) A legitimidade da despesa pública refere-se à conformidade do ato administrativo com o interesse público e a moralidade administrativa, não bastando que a despesa seja apenas legal sob o ponto de vista formal.
- (___) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- (___) A economicidade envolve a análise da relação custo-benefício, buscando a minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, mantendo a qualidade adequada.
- (___) A fiscalização patrimonial restringe-se à verificação da existência física dos bens móveis, não abrangendo a avaliação da gestão dos bens

imóveis ou dos estoques de almoxarifado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 40

A auditoria governamental é técnica fundamental para o controle. Sobre seus tipos e o processo de tomada de contas especial, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(___) A Tomada de Contas Especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, estadual ou municipal, a fim de obter o respectivo ressarcimento.

(___) A auditoria de conformidade tem por objetivo examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a jurisdição do tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

(___) A auditoria operacional visa avaliar o desempenho da gestão pública, examinando a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos programas e projetos governamentais, sem se preocupar com a legalidade dos atos.

(___) A prestação de contas é dever constitucional de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, F, V, F.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE